

## A LITERATURA PORTUGUESA PARA CRIANÇAS E JOVENS TÓPICOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESPECIFICIDADE PRÓPRIA

JOSÉ ANTÓNIO GOMES<sup>1</sup>

### NOTA PRÉVIA

O tema que me proponho tratar - *as especificidades da literatura portuguesa para crianças e jovens* - daria para anos de estudo e o seu tratamento adequado obrigaria a escrever não um mas vários livros. Acresce que "*só poderemos compreender e bem definir uma literatura nacional em função da literatura universal*" - é Jacinto do Prado Coelho quem o recorda (COELHO, 1977: 12). "*Mas que sabemos nós da literatura universal?*" - interroga-se o mesmo autor. Com mais legitimidade ainda, faço minha a pergunta, na impossibilidade de recorrer a um método comparativo ou a pesquisas anteriores sobre o assunto.

Correndo embora o risco de, aqui e acolá, cair no impressionismo, farei uso do conhecimento disponível sobre a história da literatura portuguesa para crianças e jovens, da qual apresentarei um bosquejo, salientando contudo as obras, as tendências e os autores que me parecem mais significativos e dando um destaque especial à narrativa juvenil publicada nos últimos anos. Tenho, porém, consciência de que o tempo previsto para esta intervenção e os limites da benevolência de quem me ouve obrigam a deixar de lado informação, porventura tão relevante como aquela a que dei preferência por opção.

Terminarei com um conjunto de observações complementares sobre as especificidades da literatura portuguesa neste domínio, fazendo referência a alguns temas e géneros dominantes. Tais observações não pretendem ser mais do que meras hipóteses que futuros estudos poderão ou não confirmar.

---

<sup>1</sup> Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

\*\*\*

Em 1877, no prefácio aos seus *Contos para a Infância*, o poeta Guerra Junqueiro escrevia:

*A alma de uma criança é uma gota de leite com um raio de luz. Transformar esse lampejo numa aurora, eis o problema. (...) Livros simples! Nada mais complexo. Não são os eruditos gelados que os escrevem; são as almas intuitivas que os adivinham.* (JUNQUEIRO, reed. 1987: 7)

Se estas afirmações patenteiam o dilema que se colocou aos homens da chamada Geração de 70 (Adolfo Coelho, Eça de Queiroz, Antero de Quental e outros) na sua procura de materiais de leitura específicos para os mais pequenos, elas revelam, igualmente o tipo de problemas com que, desde cedo, se debateram as tentativas de criação de uma literatura para crianças em Portugal.

É no século XVIII que o conceito de infância sofre alterações decisivas, paralelas às mudanças verificadas na educação e na estrutura familiar e social, por influência da crescente afirmação da ideologia burguesa e das ideias iluministas que penetraram no nosso país graças à actividade epistolar e às obras dos chamados *estrangeirados*. Por isso, só neste século encontramos em Portugal os primeiros esforços conscientes e consistentes no sentido de direccionar determinados livros para os mais novos. O resultado cifrase, no entanto, em traduções e em textos formativos e de doutrinação que hoje possuem um interesse meramente histórico.

Com os ventos da Revolução Francesa, assiste-se, em finais do século XVIII, a um certo retrocesso no domínio cultural, provocado, em especial pelos obstáculos colocados à circulação dos novos ideais revolucionários. A censura e a apreensão de obras, a vigilância apertada dos cidadãos reflectem-se na produção literária e filosófica, condicionando a difusão do livro e os avanços na educação.

As sementes, porém, estavam lançadas, preparando aquilo que será, no século XIX, a verdadeira génese de uma literatura para a infância em Portugal.

Após as Invasões Francesas e as convulsões político-militares subsequentes, o isolamento de Portugal em relação ao resto da Europa diminui gradualmente, a partir dos anos vinte. A esta abertura não é alheio o facto de a revolta iniciada no Porto em 24 de Agosto de 1820

ter dado "*origem a uma alteração dinâmica na sociedade portuguesa, ao pôr em causa as estruturas de um Estado de Antigo Regime, abrindo caminho à aplicação, em Portugal dos valores do liberalismo*" (TORGAL, 1994: 201).

Avançarei, no entanto para 1851, data em que "*ocorre um movimento que vai marcar a vida política portuguesa da segunda metade do século XIX, a Regeneração, originada pelo golpe do duque de Saldanha que depõe Costa Cabral. Correspondeu a um período de estabilidade política "rotativista" que permitiu introduzir significativas reformas políticas, económicas e administrativas criando uma imagem de paz e de progresso*" (TORGAL, 1994: 196). Contra esta "estabilidade" da Regeneração se posicionam os homens da chamada Geração de 70 de que adiante falarei. As concepções socialistas e/ou republicanas de alguns deles levam-nos a denunciar a crise económica, política e cultural do país e as contradições da monarquia constitucional.

Com a gradual implantação do liberalismo, a educação sofre profundas modificações e o número de leitores infantis e juvenis aumenta. Ambos os factos se revestiram de importância no processo de desenvolvimento de uma literatura para a infância.

Com efeito, segundo alguns autores, esta literatura nasce e conquista progressiva autonomia em Portugal no século XIX - um ponto de vista que encontra fundamento no crescendo de publicações destinadas à infância ao longo destes cem anos. Assim, se são inúmeras as traduções vindas a lume, editam-se, paralelamente, muitas obras de autores portugueses: textos para ajudar a "formar o carácter" e o intelecto, donde está ausente a tentativa de ir ao encontro da verdadeira natureza e interesses do público infantil. Sem uma real intenção estética, tais produções destinam-se muito menos a proporcionar prazer aos leitores, do que a ensinar e a educar em função de determinados valores dos adultos. O que a acção dos homens da Geração de 70 evidencia, ou seja, as contradições entre a generosidade, por vezes equívoca, dos propósitos e o produto, algo falhado, dos impulsos criadores, caracterizado por um estilo não raro "*retórico, elevado, sentencioso*" (LEMOS, 1972: 7), inadequado aos interesses e capacidades dos mais pequenos.

Numa época em que a literatura para crianças era considerada como "*uma espécie de cruzada na qual se honravam de participar os espíritos mais graves e mais cultos*" (LEMOS, 1972: 18), traduz-se e adapta-se Perrault, os Grimm, Andersen e a Condessa de Ségur e destacam-se, apesar de tudo, certos poemas (ou versões de textos

estrangeiros) de João de Deus, os *Contos para a Infância* (1877) de Guerra Junqueiro, os *Contos para os Nossos Filhos* (1882) de Maria Amália Vaz de Carvalho e Gonçalves Crespo, os *Contos Nacionais para Crianças* (1882) e os *Jogos e Rimas Infantis* (1883) do folclorista e etnólogo Francisco Adolfo Coelho, bem como a antologia de poesia publicada por Antero de Quental com o título de *Tesouro Poético da Infância* (1883) e a *História de Jesus para as Criancinhas Lerem* (1883) de Gomes Leal, além de prólogos vários e artigos (de Eça de Queiroz, por exemplo) onde se discorre sobre a necessidade de leituras adequadas ao público infantil e sobre as características que tais textos deveriam possuir.

Nos últimos anos do século XIX, revelam-se duas personalidades marcantes na história do livro infantil em Portugal: Virgínia de Castro e Almeida e Ana de Castro Osório - esta última autora de contos, trabalhos didáticos, opúsculos vários e inúmeros artigos sobre problemas de educação cívica e patriótica, além de co-fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Motivada pelas novas ideias pedagógicas, Ana de Castro Osório foi activa defensora da inclusão de contos e rimas tradicionais nos livros de leitura escolar, entendendo que o contacto com estes textos proporcionaria às crianças interesse pela leitura e alegria de viver. Além da pureza e fluência da sua escrita narrativa, o que é novo, nesta autora, é a determinação em ir ao encontro dos interesses e peculiaridades do seu público preferencial. Daí a opção pelo reconto e adaptação, com arte, de inúmeras histórias da tradição oral que vai divulgando na colecção "Para as crianças", publicada em Setúbal. A série tem continuidade durante as duas primeiras décadas do século XX e nela virão a lume, entre outras, versões de contos dos Grimm, bem como algumas narrativas originais. (Registe-se que uma selecção dos contos desta autora foi publicada recentemente por Edições Terramar, sob os títulos *Branca-Flor e Outras Histórias* (1990) e *O Esperto e Outras Histórias* (1991).)

Um dos primeiros livros de Virgínia de Castro e Almeida, *A Fada Tentadora*, de 1895, é prefaciado por Maria Amália Vaz de Carvalho. Assim se estabelecia a ponte entre uma geração e outra: Maria Amália representando ainda os intelectuais dos anos setenta e oitenta, Virgínia de Castro e Almeida iniciando o caminho fecundo, que a levará a afirmar-se como uma das mais importantes escritoras portuguesas da literatura para a infância do século XX.

Estavam, pois, lançadas as bases para o desenvolvimento de uma

produção nacional de qualidade.

\*\*\*

O período que medeia entre 1890 e 1926 é marcado por transformações decisivas na sociedade portuguesa, de entre as quais se destaca o fim do regime monárquico e a implantação da República, em 1910.

A criança é, agora, objecto de uma atenção especial. Os próprios diplomas oficiais o confirmam. Em 1911, reorganizam-se os serviços de instrução primária e cria-se oficialmente o ensino infantil para ambos os sexos.

Multiplicam-se as colecções para os mais pequenos. Muito embora persistam elevados níveis de analfabetismo, a infância passa a constituir um segmento importante da população leitora. Compreende-se, por isso, o incremento da imprensa infantil que atinge o seu auge no fim da década de trinta, entrando, em seguida, numa fase de declínio, em parte motivada pela concorrência dos *comics* americanos.

Nestes jornais, revistas e suplementos colaboram, por vezes, os escritores de maior projecção, entre eles Ana de Castro Osório.

Os trabalhos desta autora, a obra narrativa de figuras como Maria Angelina e Raúl Brandão, Virgínia de Castro e Almeida, António Botto, Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão e António Sérgio, e a poesia de um Afonso Lopes Vieira (para não falar dos pouco divulgados poemas de Fernando Pessoa para crianças, na altura inéditos) são suficientes para considerarmos as três primeiras décadas do século XX como uma época de ouro da nossa literatura para a infância.

Imbuídas de ideais patrióticos de progresso, instrução e trabalho, Ana de Castro Osório e Virgínia de Castro e Almeida estão na origem daquilo a que Esther de Lemos chama "literatura infantil republicana" e "de combate" (v. LEMOS, 1972: 19-22). Estaremos, neste caso, perante uma das especificidades da literatura portuguesa do início do século?

Ana de Castro Osório dá continuidade à publicação dos seus excelentes recontos de histórias tradicionais portuguesas, faz tentativas no domínio do teatro e escreve obras destinadas à leitura escolar e trabalhos de propaganda republicana. Vários livros seus são aprovados ou recomendados pelas autoridades oficiais. Por sua vez, em *Terra Bendita* (1907) e *Capital Bendito* (1910), exaltando a natureza, o amor pela terra e os valores do trabalho e da generosidade,

Virgínia de Castro e Almeida difunde o ideal cooperativo de forma inteligente e sem cedências no plano literário. *Céu Aberto* e *Em Pleno Azul* (ambos de 1907) são romances infanto-juvenis em que se narra uma viagem pela Itália e a vida num colégio na Suíça. As personagens principais são crianças. Estamos perante uma família burguesa, exemplar, e os livros patenteiam a mentalidade própria desse grupo social. Ambos demonstram a habilidade técnico-narrativa da autora, para além de abrirem, aos jovens leitores das classes médias da época, horizontes sobre outros países e sobre a ciência, a arte, a natureza e o homem, prosseguindo numa linha de valorização do trabalho e do progresso. Nesta primeira fase da sua obra, e enquanto simpatizante do "ideário iluminista-positivista da I República", como recorda Manuel Araújo, Virgínia de Castro e Almeida assina, pois, um díptico que "tem como grande tema a Educação" (ARAÚJO, 1995: 66).

Com ilustrações do artista francês Benjamin Rabier, Aquilino Ribeiro publica, em 1924, aquele que é já um "clássico" da nossa literatura para a infância: o *Romance da Raposa*. Uma extraordinária inventividade lexical singulariza esta prosa ritmada, musical e pitoresca, em que o humor se alia à autenticidade realista dos diálogos. O texto pretende - nas palavras do autor - "mostrar às crianças (...), acima de dez anos, o mecanismo interno da astúcia (...) e por extensão a velhacaria social". Preferindo "predispor as crianças para a vida da luta que para o sonho e a idealidade abstracta", Aquilino narra a vida atribulada de uma personagem picaresca, ímpar na nossa literatura: Salta-Pocinhas, "raposeta, pintalegreta, senhora de muita treta". Na sociedade hierarquizada do *Romance da Raposa*, os "actos da vida animal" são humanizados por forma a que os bichos surjam "movidados pelos mesmos móveis vitais" que animam os homens. Assim, as formas de manutenção do poder, a hipocrisia social, a traição e a luta pela sobrevivência são apresentadas com impiedosa ironia, numa escrita de notável riqueza e variedade de registos que torna, aliás, únicas todas as obras do autor.

Reencontramo-la, mais tarde, nos magníficos contos da série *Arca de Noé, III Classe* (1936), destinados a crianças mais novas e, de novo, protagonizados sobretudo por animais. Excepção a esta regra é *O Filho de Felícia ou a Inocência Recompensada*, história rica em situações humorísticas (tal como as restantes cinco) em que Aquilino actualiza o tipo do herói imbecil, herdado das narrativas tradicionais portuguesas, onde é figura muito comum. Ironia, sentido crítico e uma prosa de superior qualidade literária são, pois, traços distintivos de

um autor que viria a assinar também uma excelente adaptação, a *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto: Aventuras Extraordinárias de um Português no Oriente*, além de *O Livro de Marianinha*, em verso, postumamente publicado em 1967.

Num certo barroquismo da linguagem e na exuberância vocabular - herdados do brilho, da eloquência e do pendor oratório da nossa prosa seiscentista e setecentista - têm alguns críticos (como José Régio e Jacinto do Prado Coelho) encontrado uma das especificidades da prosa portuguesa dos séculos XIX e XX. Na esteira de Camilo Castelo Branco e Fialho de Almeida, Aquilino Ribeiro, no século XX, seria justamente um desses "*prosadores vernáculos e de grande riqueza vocabular*" (COELHO, 1977: 63). Um traço aliás comum à sua ficção para crianças que por vezes a torna de difícil penetração por parte dos actuais leitores, mas lhe confere um sabor e uma qualidade literária dificilmente superáveis, particularmente notórios quando lemos os textos, em voz alta, a grupos de crianças.

Jaime Cortesão (um outro republicano, mais tarde perseguido pelo salazarismo) vê editado, em 1926, o seu *Romance das Ilhas Encantadas*, uma obra - arriscaria dizê-lo - genuinamente portuguesa. Partindo da lenda da Dama Marinha, contida no nobiliário do Conde D. Pedro - segundo a qual certo fidalgo português afonsino tivera descendência de uma sereia - Cortesão, misturando lenda, fantasia e História, aborda a origem mítica da vocação marítima dos portugueses, fazendo referência a um pré-descobrimento da Madeira e dos Açores, levado a cabo pelos "Marinhos". Desta linhagem de netos terrenos do "Avô-Oceano" farão parte Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e outros navegadores portugueses. Aliás o seu percurso de historiador deixa inúmeros traços em quase toda a obra que Cortesão produziu para a infância, escrita numa prosa límpida, por vezes ao jeito do contador tradicional: *Crónica do Condestável de Portugal Dom Nuno Álvares Pereira por um Autor Anónimo do Século XV* (adaptação de 1936) e *Contos para Crianças* (1965, que engloba o "Romance das Ilhas Encantadas", a "Vida de Nuno Álvares Pereira" e "O Cavaleiro e o Trovador").

O poeta Afonso Lopes Vieira acrescenta à lista da sua extensa bibliografia poesia para crianças e uma adaptação *sui generis* do romance de cavalaria *Amadis de Gaula: O Conto de Amadis para os Rapazes Portugueses* (1938). Além de uma concepção simplificada dos ideais de cavalaria, apresentados como valores a seguir, esta obra, em que o maravilhoso está presente, revela, aqui e acolá, o mesmo

espírito de fraternidade franciscana - bem português, segundo alguns - que descobrimos nos versos de *Animais Nossos Amigos* (1911) e de *Canto Infantil* (1912). Neste último, os textos surgem musicados por Tomás Borba, tarefa que não se afiguraria difícil, atendendo ao poder de sugestão auditiva, herdado do simbolismo instrumental, que distingue a maior parte dos poemas de Lopes Vieira. A comunhão homem-animal, o desenho de um mundo idealizado - quase equilibrado e sem conflitualidade social - e um certo nacionalismo estreito (aquilo a que poderíamos chamar o espírito "da casinha portuguesa", que, anos depois, tão difundido será pela ideologia salazarista) são algumas das ideias-força de ambas as obras. A trivialidade de um ou outro texto (que atinge o limiar da infantilização na história em verso *Bartolomeu Marinheiro*, 1912, inspirada de algum modo n'*A Nau Catrineta* e n'*Os Lusíadas*) não são suficientes para prejudicar a musicalidade cativante da maioria destes poemas, lidos e ouvidos por várias gerações de portugueses.

No seu livro *Originalidade da Literatura Portuguesa*, Jacinto do Prado Coelho escreve:

*O Português, «sonhador activo», na fórmula precisa e sugestiva de Jorge Dias, realizou-se com efeito paralelamente na contemplação e na acção, o que terá conferido à nossa literatura um perfil peculiar. A pobreza do solo metropolitano, a insatisfação, a ânsia do lucro, o espírito de aventura, e também, na camada dirigente, a busca dum equilíbrio de forças na Península e um sentido de missão nacional, impeliram os Portugueses a correr mundo. Dos Descobrimentos e das Conquistas nasceu uma literatura épica, na poesia (Camões, etc.) como na historiografia (João de Barros, etc.), além de uma vasta literatura de informação (roteiros, narrativas de viagens) de ampla repercussão europeia. (COELHO, 1977: 64).*

Em alguns textos atrás citados, como as versões da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e da *História Trágico-Marítima*, assinadas respectivamente por Aquilino Ribeiro e António Sérgio, e bem assim no *Romance das Ilhas Encantadas* de Jaime Cortesão, no *Bartolomeu* e em outros poemas de Afonso Lopes Vieira, para não falar das adaptações para crianças de *Os Lusíadas* feitas por João de Barros e, mais tarde, por Simões Müller e António Manuel Couto Viana, em todas estas obras - dizia - encontra-se um curioso prolongamento contemporâneo da tendência assinalada por Jacinto do Prado Coelho relativamente a alguma literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII.

Pouco relacionado com o mundo dos livros infantis, Fernando

Pessoa - figura central do Primeiro Modernismo português - não deixa, contudo, de compor alguns versos para crianças. Trata-se de poemas curtos, alguns de carácter burlesco, outros inspirados nas rimas infantis, incluídos com frequência em antologias e cujo humor continua a tocar-nos.

Na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926 e em fase de consolidação da ditadura do Estado Novo, o governo chefiado por Oliveira Salazar leva a cabo, em 1936, uma "reforma" do Ensino Primário que resulta num claro retrocesso no domínio da educação: extinguem-se as classes infantis no ensino oficial e a escolaridade obrigatória é reduzida para três anos, diversas escolas são encerradas e generaliza-se a separação dos alunos por sexos. Por outro lado, os conteúdos do ensino são simplificados e ideologizados, impondo-se concepções elitistas, tradicionalistas e obscurantistas que, durante várias décadas, marcarão a política educativa portuguesa.

O tempo limitado desta comunicação não permite que me alargue em considerações sobre a evolução da literatura portuguesa para crianças durante o longo período compreendido entre o fim dos anos vinte e o 25 de Abril de 1974 - data do derrube do regime de Salazar e Marcelo Caetano. Essas quatro décadas de obscurantismo e repressão, atraso económico e cultural e negação de direitos e liberdades fundamentais (nomeadamente a liberdade de expressão e de criação artística) afastaram-nos da Europa, prejudicaram a produção cultural e, naturalmente, as possibilidades de desenvolvimento da literatura portuguesa para crianças. Convém, desde já, assinalar esta triste especificidade que poderá explicar um certo fechamento da nossa produção ao diálogo com literaturas originárias de outros países.

De tudo isto se ressentem os livros infantis: assiste-se ao surto de uma literatura de pendor nacionalista (por vezes historicista), não raro de cariz moralizante, onde se exaltam pretensos valores nacionais, no quadro dos objectivos de doutrinação ideológica do Estado Novo. Até ao fim dos anos cinquenta, e salvo honrosas excepções, a nossa literatura para crianças não provoca deslumbramentos e acaba por sofrer os efeitos da concorrência das emissões de rádio para os mais novos, do cinema e dos *comics* que começam a invadir a imprensa infantil.

Poderia, é evidente, discorrer sobre as importantes obras de Augusto de Santa-Rita, Fernanda de Castro, Adolfo Simões Müller, Maria Lamas, José de Lemos, Olavo d'Eça Leal, Henrique Galvão,

Lília da Fonseca, António Manuel Couto Viana e de tantos outros. Ou sobre aqueles que assinaram incontáveis coleções de contos tradicionais adaptados ou publicaram, em séries hoje quase esquecidas, dezenas e dezenas de pequenas histórias moralistas, fábulas e outras narrativas muito curtas, pouco exigentes do ponto de vista literário.

Prefiro, no entanto, destacar duas vozes marcantes mas ideologicamente distintas, em cujas obras encontramos alguns traços nacionais: Virgínia de Castro e Almeida - já mencionada - e José Gomes Ferreira, que, recorde-se, foi também um dos nomes importantes da poesia portuguesa contemporânea.

Este último publica em folhetim, nos anos trinta, *As Aventuras de João Sem Medo*, apenas as editando em livro na década de sessenta (1963), inteiramente reformuladas. A obra representa um libelo contra o conformismo, ao qual se opõem a vontade, a fantasia e o exercício da inteligência. Com a mente no Portugal semi-adormecido e amordaçado da época, o autor dá-nos a imagem impiedosa de uma aldeia ("Chora-Que-Logo-Bebes") cuja "paz podre" o jovem herói decide quebrar, já que era "*inimigo de déspotas e tiranos*". Humor, ironia, sentido crítico, a par de uma prosa rica de recursos, conferiram a este "*panfleto mágico em forma de romance*" uma aura especial que ainda hoje perdura.

*História de Dona Redonda e sua Gente* (1942) e *Aventuras de Dona Redonda* (1943), de Virgínia de Castro e Almeida (que, em prefácio, confessa a sua enorme admiração pela obra de Lewis Carroll), são, incontestavelmente, dois outros clássicos da nossa literatura para crianças - muito embora, em *Dona Redonda*, nos choquem vários aspectos, entre eles a visão caricatural, deformada, das personagens de origem africana. Resultantes de uma aposta sem reservas na fantasia e em situações desconcertantes protagonizadas por crianças e por duas cómicas senhoras, estas obras constituem, segundo alguns autores, manifestações de um certo gosto surrealizante à altura do espírito infantil.

Acrescente-se, no entanto, que Virgínia de Castro e Almeida abandonara o republicanismo que havia caracterizado a primeira fase da sua obra, aderindo convictamente ao salazarismo e passando a valorizar, a seu modo, a fantasia do conto de fadas (donde o seu apreço por Carroll). Ora, uma leitura mais profunda do díptico de *Dona Redonda* mostra que "*o conto de fadas corresponde a uma pretensa despoliitização do texto*" (ARAÚJO, 1995: 66). A "*nova*

*pedagogia* " que caracterizara algumas das suas obras do período republicano é agora substituída por "*tecnologias da obediência* ", de acordo com "*a promoção política da ignorância como condição da felicidade*", elemento fundamental do discurso totalitário salazarista que aparecia, ele sim, a legitimar a presença da fantasia (v. ARAÚJO, 1995: 66).

De referir ainda que Virgínia de Castro e Almeida publicara, entre 1936 e 1944, uma colecção de narrativas de ficção histórica, intitulada "Pátria", editada pelo SPN (Secretariado da Propaganda Nacional), e que se constituiu numa forma de manipulação, típica do salazarismo ao "*rentabilizar a História criando uma memória legitimadora e que cumprisse uma função reprodutora e fortificadora do regime socio-político*" (v. RIBEIRO, 1994: 163).

Produções semelhantes aos textos da colecção "Pátria" de Virgínia de Castro e Almeida, a par de narrativas em prosa ou em verso pseudo-históricas, eivadas por vezes de um patriotismo retógrado, não é difícil encontrá-las na nossa literatura publicada até aos anos cinquenta. Continuaram, além disso, a vir a lume obras inquinadas por excessos de moralismo que irremediavelmente as dataram, bem como novelas de costumes, contos humorísticos e algumas biografias romanceadas de qualidade, domínio em que se destacou, por exemplo, Simões Müller.

A partir da segunda metade deste século, os sinais de renovação começam no entanto a notar-se. Estas alterações qualitativas prolongar-se-ão até 1974 - ano de restauração da democracia - e culminarão com o *boom* da literatura para crianças de finais dos anos setenta e da primeira metade da década de oitenta.

Com efeito, a derrota das forças nazis e fascistas no fim da Segunda Guerra Mundial gerou em Portugal, nos diversos sectores da oposição ao Estado Novo, um sentimento de esperança no regresso da democracia, alicerçado num aparente abrandamento da atitude repressiva e censória do regime.

Não só as lutas sociais e políticas pelas liberdades democráticas e pela melhoria de condições de vida se vão intensificando ao longo destas décadas, como se verificam importantes transformações na sociedade, nos costumes e na educação, cujos reflexos na situação da criança e das suas leituras são notórios.

Nos anos sessenta e setenta, cresce a oposição às guerras coloniais. O fluxo migratório dos campos para os grandes aglomerados urbanos (Porto, Lisboa, Setúbal) e a realidade da

emigração deixam traços na literatura e, por vezes, nos próprios livros para crianças, muito embora, neste caso, tais marcas surjam tardiamente. As transformações no sistema educativo provocam uma explosão escolar e, conseqüentemente, um aumento do público leitor acompanhado de uma crescente autonomização da criança consumidora de livros, revistas e cinema.

Com o 25 de Abril de 1974 e a instauração de um regime democrático operam-se alterações significativas na sociedade, tanto nos planos político e socio-económico, como no domínio da cultura. A Escola sofre os efeitos positivos dessa mudança, criando-se condições mais favoráveis para uma democratização cultural e para o acesso à educação.

O fim da Censura, a livre expressão e circulação de ideias e a abertura ao exterior favorecem o aparecimento de iniciativas ligadas à reflexão sobre o mundo da criança, a par de uma certa renovação no domínio dos livros que lhe são destinados.

Sublinhar aspectos particulares da literatura portuguesa dos últimos cinquenta anos obrigar-me-ia a fornecer aqui uma visão, ainda que mínima, da riqueza e diversidade de obras tão importantes como as de Irene Lisboa, Ricardo Alberty, Esther de Lemos, Alves Redol, Sidónio Muralha, Lília da Fonseca ou, mais tarde, as de Alice Gomes, Mário Castrim, Luísa Dacosta, Maria Alberta Menéres e Luísa Ducla Soares. Dos autores mais jovens, não poderia esquecer Carlos Correia, Manuel António Pina, Álvaro Magalhães, José Jorge Letria, António Mota, Violeta Figueiredo e muitos outros.

Na impossibilidade de traçar um panorama completo, prefiro concentrar-me em cinco autores verdadeiramente significativos: Ilse Losa, Matilde Rosa Araújo, Sophia de Mello Breyner, António Torrado e Alice Vieira. Assumo a subjectividade da selecção e deixo por agora de lado vozes mais jovens.

Ilse Losa dá primazia ao retrato de um quotidiano de certa dureza, onde avultam personagens oriundas de meios populares, rurais ou urbanos. Fugida da Alemanha nazi, esta judia alemã soube dar corpo, em língua portuguesa, a uma literatura diferente que, não abrindo mão do sonho, se volta, sobretudo, para a realidade do dia-a-dia e para as vítimas de incompreensões e agressões de vários tipos, geradas por uma comunidade cujas clivagens sociais são notórias. Na literatura portuguesa, *Fáisca Conta a sua História* (1949), *Um Artista Chamado Duque*, *Um Fidalgo de Pernas Curtas* (1958) e *Mosquito e o Senhor Pechincha* inauguram, de facto, uma forma

enxuta de relatar vidas difíceis, aqui e acolá perspectivadas pelos animais domésticos que as povoam. Noutros momentos, Ilse Losa conta tocantes histórias da sua Alemanha natal (*A Minha Melhor História*, 1979). Mais tarde, dedicar-se-á, também, ao teatro, à literatura de fantasia (*Viagem com Wish*, 1983) e ao reconto de narrativas tradicionais originárias do leste e do norte da Europa, como acontece em *Silka* - espécie de parábola sobre a intolerância, editada na década de oitenta, onde é difícil não ler uma reflexão acerca do destino do povo judeu.

Com os versos de *O Livro da Tila* (1957), *O Cantar da Tila* (1967) e as histórias de *O Palhaço Verde* e *O Sol e o Menino dos Pés Frios*, Matilde Rosa Araújo (candidata portuguesa ao Prémio Hans Christian Andersen, em 1994) inicia uma das obras mais marcantes da nossa literatura para crianças. Na poesia, opera uma síntese original das fontes tradicionais do nosso lirismo, da poética popular e de temas e imagens provenientes de um neo-realismo impregnado do mesmo humanismo franciscano que referimos a propósito de outros autores (Afonso Lopes Vieira, por exemplo). Fascinada pelo imaginário infantil, mas sempre sensível às agressões de vária ordem de que é vítima a criança numa sociedade que a não respeita, Matilde saberá, como ninguém, dar voz nas suas narrativas aos sonhos dessa infância.

Os contos de Sophia de Mello Breyner Andresen são a confirmação da maioridade literária da produção portuguesa para crianças e o seu estilo revela-se como um dos mais originais da nossa literatura do século XX. Produzindo um efeito quase encantatório, as obsessivas enumerações são servidas pela sábia combinação de nome e adjectivo. Das imagens emana uma sensorialidade que encontra paralelo numa prosa riquíssima de recursos rítmicos e musicais, cujo léxico se reporta fundamentalmente ao mundo natural, fixando-se nos elementos ligados à água, à terra, ao ar e ao fogo. No plano sintáctico, o discurso encontra, em certas estruturas fráscas e textuais aparentemente elementares, o modo mais adequado de exprimir a beleza do mundo, a complexidade dos sentimentos e das fantasias pessoais. Tanto *O Rapaz de Bronze* (1956), *A Fada Oriana* e *A Menina do Mar* (1958) como *A Noite de Natal* (1960), o *O Cavaleiro da Dinamarca* (1964) e *A Floresta* (1968) representam marcos inquestionáveis da nossa literatura para crianças. Sem o assumir declaradamente, não restam dúvidas de que a sua inteligente urdidura aponta para um dever ser, em que surgem valorizados a natureza, a harmonia, o equilíbrio e a justiça. Da condenação do egocentrismo e

do artificialismo, da hipocrisia e da perversão originada pelo apego aos bens materiais, parte-se para a exaltação do humanismo cristão, do valor social e ético da obra de arte e da fidelidade a princípios antigos e universais.

Em António Torrado, encontramos um dos mais talentosos representantes do humor na nossa literatura (por exemplo em *O Jardim Zoológico em Casa*, 1975, e *O Elefante não Entra na Jogada*, 1985). Lida em voz alta, esta prosa de estilo vigiado, consciente da sua riqueza de recursos, cativa pelo sabor de conto oral que a singulariza, sabendo aliar, como poucas, o humor à crítica (por exemplo, em *O Pajem não se Cala*, 1981), da qual ressalta um notável poder de observação do real. Dificilmente se encontrará hoje um contista e dramaturgo que, de forma tão equilibrada, saiba dosear, em livro, o humor, a crítica social e os sinais de um profundo conhecimento do imaginário infantil.

Por fim, a obra daquela que seria a grande revelação dos anos oitenta e noventa, Alice Vieira, cuja obra merece o devido destaque no ponto específico que a seguir se dedica à actual literatura para jovens.

\*\*\*

As discussões em torno da literatura para pré-adolescentes e adolescentes suscitam problemas particulares que, de forma necessariamente breve, me proponho aqui equacionar.

Em teoria, estamos perante uma produção destinada a um público situado num território de fronteira, ou seja, entre o gosto por uma literatura dita infantil e a atracção pela restante literatura. Trata-se de uma faixa etária muito especial, com necessidades próprias, cujos sujeitos rejeitam, não poucas vezes, a condição de crianças, mas não podem ainda ser vistos, nem se vêem a si próprios, como adultos. Ao entrar na idade juvenil, algum deste público heterogéneo é já constituído por verdadeiros *leitores*. Para outros, as portas de uma leitura "a sério" apenas se abrem na pré-adolescência ou na adolescência (e note-se que o adjectivo *juvenil* se aplica, neste contexto, a uma faixa compreendida entre os 10-11 e os 16 anos). Estamos, pois, perante uma das últimas oportunidades de que dispomos para formar leitores, admitindo embora a existência de excepções felizes a este quadro.

Ao falar de literatura juvenil considero, portanto, uma produção

narrativa (ou de outro tipo) destinada a um sujeito que hoje é objecto de múltiplas solicitações. Na sociedade actual, é colocada à sua disposição uma enorme variedade de recursos lúdicos e estímulos à sensibilidade e ao desejo de experimentar novas vivências. E é em parte por estes mesmos motivos que por vezes se verifica, nesta fase etária, um desinteresse gradual pela leitura, embora felizmente, para alguns, esse desinteresse nem sempre seja duradouro. De notar ainda que o jovem se encontra numa idade de interrogações, identificações ou rejeições que hão-de conduzi-lo a uma afirmação pessoal e à construção de uma identidade.

Que relações poderão existir entre este processo maturativo e os temas e assuntos dos livros juvenis? Quais as obras à disposição deste público? Que respostas dão às interrogações dos jovens? Eis algumas das questões que se colocam aos criadores, bem como aos utilizadores da literatura juvenil em contexto escolar.

Em face deste quadro, direi que o panorama literário português nem sempre é muito animador, embora encontremos algumas produções interessantes que se torna necessário conhecer. Proponho por isso uma reflexão breve sobre as narrativas de mistério e indagação, o romance de fundo histórico, as adaptações de "clássicos" e as histórias sobre experiências juvenis.

No que respeita ao primeiro conjunto, merecem especial destaque as histórias da colecção "Uma aventura..." (Editorial Caminho), de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, publicadas a partir dos inícios da década de oitenta. Mas poderia também mencionar algumas séries posteriores - como a "Mil e um detectives" (Editorial Caminho), de Carlos Correia, Maria Alberta Menéres e Natércia Rocha - , embora se verifiquem entre as várias colecções diferenças assinaláveis, cuja análise não cabe nos limites do presente texto. Nas obras de Enid Blyton e de Erich Kästner, entre outras, encontramos os modelos inspiradores desta linha da nossa ficção juvenil.

As histórias de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada por exemplo - que obtiveram assinalável sucesso junto dos nossos jovens - vão ao encontro da apetência pré-adolescente pelas experiências vividas em grupo. Protagonizadas por um grupo de rapazes e raparigas, construídas de modo estruturalmente esquemático ao nível do enredo, contendo referências de carácter histórico-cultural e vazadas numa escrita fluente e clara (mas distante do nível de elaboração estilística que seria de exigir a um discurso literário), estas ficções impuseram-se definitivamente no nosso país. Para tal

contribuem as aventuras policiais vividas pelos protagonistas (alunos do 2º ciclo), plenas de acção e *suspense* e situadas em diferentes regiões de Portugal ou mesmo em países estrangeiros (França, Cabo Verde, norte de África, Espanha).

Uma outra série da mesma área - versando temáticas mais complexas (o desejo, o amor, a morte, a orfandade afectiva, o relacionamento com os adultos, nomeadamente com os velhos...), mais elaborada do ponto de vista da escrita e da técnica narrativa, e protagonizada por personagens menos esquemáticas - deve ser aqui mencionada. Trata-se da colecção "Triângulo Jota" (Edições Asa), de Álvaro Magalhães (ilustrada com excelentes desenhos a preto e branco de José Pedro Costa), cujas aventuras se situam quase sempre em ambientes urbanos (leia-se, por exemplo, *A Rapariga dos Anúncios*, 1990, ou o último volume da série: *O Assassino Leitor*, 1997).

Quanto à narrativa actual de fundo histórico, reportando-se a um passado mais ou menos distante, não se pode afirmar que tenha tido a mesma sorte das séries anteriormente referidas. Registe-se, em primeiro lugar, este facto: é lamentável que certos momentos marcantes da nossa História não tenham ainda surgido como pano de fundo de alguma da ficção actual - se exceptuarmos a produção de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada publicada na colecção "Viagens no tempo", da Caminho. Recorde-se apenas um punhado de exemplos colhidos na produção estrangeira contemporânea: histórias da América-pré-colombiana, romances situados durante a Segunda Guerra Mundial, histórias que evocam a deportação dos judeus ou o *apartheid* na África do Sul...

No nosso país, contentemo-nos com algumas colecções (como a "Contos da História", da Edinter/Edições Internacionais) cujos títulos se reportam sobretudo a períodos recuados da História. Aí se revelaram, por vezes, alguns textos interessantes. Quatro exemplos: *A Família dos Paladinos*, de Alberto Oliveira Pinto, *O Filho do Trovão*, de Alexandre Honrado, *O Cavaleiro do Vento*, de José Jorge Letria e *O Menino de Guimarães*, de Natércia Rocha, todos eles editados em 1991. Merece igualmente registo *As Filhas do Olho de Vidro* (1996), de Alberto Oliveira Pinto, um "romance de capa e espada" publicado pela Civilização cujo enredo se situa na primeira metade do século XVIII.

As adaptações dos "clássicos" (algumas delas recuperando a memória de velhos mitos e heróis, desde sempre uma das vertentes

mais significativas da literatura para a infância e juventude) parecem conquistar hoje menos terreno do que na primeira metade do século. As adaptações desse período, assinadas por João de Barros, Marques Braga, Aquilino Ribeiro e António Sérgio, entre outros, viriam a tornar-se históricas. Da responsabilidade de Maria Alberta Menéres, *Ulisses* (1972) - escrito a partir da *Odisseia* - é um caso de relativa popularidade, motivada em parte pela inclusão da obra na lista dos livros aconselhados no programa de Língua Portuguesa do 6º ano de escolaridade. Acrescentem-se mais algumas excepções recentes: as boas adaptações d'*A Canção de Rolando* (1991), de Alberto Oliveira Pinto, e d'*O Lazarilho de Tormes* (1990), de José Jorge Letria.

Por limitações de espaço, prescindirei de referências às narrativas de antecipação e às histórias de "viagens no tempo". *Brasil! Brasil!* (1992), de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, é um bom exemplo deste último tipo de obras, com a particularidade de abordar um tema actual - o racismo - no quadro histórico da luta pela abolição da escravatura no Brasil. De notar ainda que, em Portugal, a chamada ficção científica para jovens sempre foi um género pouco cultivado (registre-se uma excepção recente: *O Enigma do Anel Serpenteante*, 1993, de Natália Bebiano).

Já as narrativas cujos enredos têm a ver com a realidade vivida pelos adolescentes no Portugal contemporâneo suscitam algumas observações.

Nessa linha, destaco os romances em que António Mota retrata, de forma não idealizada, as vivências rurais de uma certa infância e juventude bem portuguesas - e que são, as mais das vezes, ignoradas pela maioria dos nossos autores (veja-se, por exemplo, *Cortei as Tranças*, 1990, e *Os Sonhadores*, 1991). E também as imagens da juventude urbana que nos são apresentadas quer nos excelentes livros de Alice Vieira, quer em obras de autores como Álvaro Magalhães, Carlos Correia, Fernando Bento Gomes, Graça Gonçalves ou Luísa Ducla Soares (leia-se, desta última, *Diário de Sofia & Cª (aos 15 anos)*, 1994).

Quanto ao projecto de Alice Vieira, de contornos autenticamente literários, tem valido à autora um crescente reconhecimento internacional, com a tradução de várias obras no estrangeiro e a atribuição de prémios prestigiados ao seu trabalho como ficcionista. O seu percurso, nesta área, inicia-se com a publicação, em 1979, de *Rosa Minha Irmã Rosa*. Desta espécie de diário de uma menina de 9 anos perturbada pelo ciúme (que terá sequência em *Lote 12, 2º*

*Frente*, 1980, e *Chocolate à Chuva*, 1982) a *Os Olhos de Ana Marta* (1990) - epístola a uma irmã morta cujo desaparecimento está na origem do desequilíbrio emocional de uma família e, conseqüentemente, do abandono efectivo a que a protagonista é votada - , Alice Vieira percorreu um longo caminho. Numa escrita enxuta e por vezes muito poética (da qual a pieguice fácil e a retórica inútil estão ausentes), tem-nos dado algumas das imagens mais vívidas e autênticas do mundo da infância e adolescência que encontramos na nossa literatura contemporânea. As suas narrativas revelam uma atenção peculiar às interacções entre amigos e entre irmãos, às relações da criança com pais e avós ou à realidade das famílias mono-parentais. O fascínio perante os poderes da linguagem e a importância da memória, a consciência do tempo e o desabrochar da sexualidade constituem outros temas de uma obra que aborda a orfandade afectiva dos protagonistas (em *Flor de Mel*, 1986, por exemplo), os desejos de afirmação juvenil (*Úrsula, a Maior*, 1988) ou o confronto dos mais novos com a solidão e a realidade da morte (em *Flor de Mel* e *Os Olhos de Ana Marta*, 1990). As personagens infantis ou juvenis de Alice Vieira exprimem uma visão sensível e crítica das relações entre crianças e adultos, num quadro social que torna reconhecível o quotidiano familiar de franjas da pequena e média burguesia lisboeta nos anos que se seguiram ao 25 de Abril. Em *Rosa Minha Irmã Rosa*, por exemplo, redescobrimos certas tensões da sociedade portuguesa dos finais dos anos setenta, filtradas por um olhar infantil. Pelo conjunto da sua obra, Alice Vieira é nomeada, em 1995, candidata ao Prémio Hans Christian Andersen / 1996.

A terminar, uma nota. Face ao panorama internacional, a nossa literatura juvenil parece necessitada de renovação e do aparecimento de novos valores. Convirá, por isso, acompanhar o futuro de alguns nomes menos conhecidos - Violeta Figueiredo, Ana Saldanha, Ana Maria Meireles, etc. - em colecções como a "Grande Prémio", da Editorial Verbo, e "Edinter Jovem" e "Leituras Jovens", da Edinter.

## À MANEIRA DE CONCLUSÃO

Concluído este percurso, é tempo de sistematizar algumas hipóteses de trabalho relativizadas pelas limitações que no início da exposição mencionei. Refiro-me às possíveis especificidades da

literatura portuguesa para crianças e jovens, tal como a encaro no momento actual e sem esquecer algumas peculiaridades da actividade literária e editorial em Portugal.

1. Com algumas excepções relevantes, os livros infantis portugueses só muito tardiamente se libertaram da preocupação em educar e instruir, mais do que recrear, através do conto ou da narrativa em verso (propósito visível na obra dos homens da Geração de 70. Esta característica perdurará ainda, quer durante o período da Primeira República quer em pleno Estado Novo, mas aqui com intenções nem sempre inocentes).

2. "*Com a adesão ao real que a observação e acção implicam [e que segundo alguns autores seria característica dos Portugueses] será lícito relacionar a quase completa ausência de fantástico na nossa literatura; exceptuando algumas obras de autores modernos (Sá-Carneiro, José Régio, Ruben A., David Mourão-Ferreira) as restantes incursões no fantástico soam a falso.*" (COELHO, 1977: 65) Embora o fantástico na literatura para crianças assuma contornos específicos, estas afirmações de Jacinto do Prado Coelho, no seu livro *Originalidade da Literatura Portuguesa*, suscitam a reflexão e levamos a pensar se a observação não será, em parte, válida para a literatura para a infância.

Acrescente-se que à "alta fantasia" à maneira de Tolkien ou às histórias de fantasia alegórica como as de C. S Lewis, àquela construção de "segundos mundos" tão comum em certa literatura do norte da Europa, muitos autores portugueses preferiram uma fantasia mais ligeira, menos dramática. O fantástico do díptico de *Dona Redonda* (1942-43), de Virgínia de Castro e Almeida, ou de *Os Piratas* (1986), de Manuel António Pina, entre outras obras, não é suficiente para o impor como um género recorrente na nossa literatura. Nota-se, sim, um gosto sempre renovado pelas histórias de animais e pela reutilização de elementos esparsos do maravilhoso tradicional. Várias são as obras em que o maravilhoso surge recriado em contextos actuais, enquadrando até uma aproximação a temas típicos do nosso tempo, como o individualismo e o materialismo exacerbados, ou a incomunicabilidade, a solidão dos seres e a insensibilidade afectiva: vêmo-lo em *A Fada Oriana* e *A Floresta* de Sophia de Mello Breyner ou em *O Príncipe que Guardava Ovelhas* (1971) e *História com Recadinho* (1987) de Luísa Dacosta.

3. Observa-se também a insistência em temas históricos do passado, em especial na produção literária da primeira metade do século XX, reveladora, por vezes, de uma certa nostalgia imperial e de visões distorcidas da História. Escasseiam no entanto as obras que abordem de forma consistente aspectos tão importantes como a vida no Portugal das décadas de trinta, quarenta e cinquenta, a Guerra Colonial ou os antecedentes e o significado do 25 de Abril de 1974.

Não foi possível abordar aqui a literatura de ambiência colonial. Pode, no entanto, adiantar-se, com base num estudo recente de Francesca Blockeel, que em livros anteriores à independência dos países africanos de expressão oficial portuguesa "*a sociedade colonial e as relações entre as diferentes raças são descritas de acordo com o espírito da época: os brancos eram considerados naturalmente superiores aos negros, os quais tinham que ser ajudados para atingir um certo grau de civilização.*"

A mesma autora acrescenta que, com raras excepções, "*nos últimos vinte anos, a pouca atenção prestada às anteriores colónias na literatura para crianças (...) é um sinal de que os Portugueses não digeriram ainda o seu passado.*" (BLOCKEEL, 1996)

Quase se poderia dizer o mesmo no tocante aos acontecimentos históricos que se sucederam ao 25 de Abril, bem como às presentes relações dos Portugueses com outras culturas, temas raras vezes tratados nos livros infantis dos anos setenta e oitenta.

Registam-se, no entanto, sinais de mudança. Mário Castrim e Manuel António Pina, respectivamente em *O Caso da Rua Jau* (1994) e *O Tesouro* (1993), ousam abordar o antes e o pós-25 de Abril. Por sua vez, outros autores, como Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada nos pequenos romances da colecção "Uma aventura...", abrem perspectivas sobre diferentes povos e culturas, situando por vezes os seus enredos em países estrangeiros, como pode verificar-se em *Uma Aventura em França*, *Uma Aventura em Cabo Verde*, *Uma Aventura no Deserto* e *Uma Aventura em Espanha.*, todos eles publicados a partir de finais dos anos oitenta.

4. Numa literatura onde não existe uma verdadeira tradição no domínio do *nonsense* (se exceptuarmos os excelentes contos e poemas de Manuel António Pina e Luísa Ducla Soares, já dos anos setenta e oitenta deste século), o realismo social teve, pelo contrário, um espaço cativo, em especial a partir da década de cinquenta, por

influência do "romance social, neo-realista, militante (...)" (e que, juntamente com a poesia do mesmo cariz, se encontra em países por igual subdesenvolvidos, como a Espanha, a Itália ou o Brasil)" (COELHO, 1977: 51).

Entre as décadas de cinquenta e setenta, vários escritores oriundos desta área cultivaram a novela, o conto ou a poesia para crianças - como Alves Redol, Sidónio Muralha e Papiniano Carlos. Mas tanto nas obras das já citadas Matilde Rosa Araújo, Ilse Losa e Alice Vieira como em Maria Rosa Colaço e Fernando Bento Gomes ou, mais recentemente, nos romances de ambiência rural de António Mota, essa tradição tem continuidade, sendo possível apontar vários exemplos de narrativas realistas, reveladoras de uma sensibilidade particular à forma como a criança e o jovem de hoje vivem e sentem os problemas do abandono afectivo, da pobreza e da entrada no mundo do trabalho.

5. A terminar, refira-se que, se a poesia lírica sempre foi uma forma de expressão minoritária na literatura para crianças, em Portugal ela tem apesar disso um peso assinalável, nem sempre bem conhecido. Grandes poetas do passado e do presente a têm cultivado, atingindo elevados níveis de qualidade, como é fácil reconhecer perante os excelentes poemas para crianças de Afonso Lopes Vieira, Fernando Pessoa, Sidónio Muralha, Matilde Rosa Araújo, Eugénio de Andrade, Maria Alberta Menéres ou Manuel António Pina.

6. Pelo contrário, o álbum de ficção ilustrado com pouco texto e dirigido aos mais pequenos é um género com uma tradição infelizmente pobre (por razões que têm sobretudo a ver com o estatuto profissional dos ilustradores e com as particularidades da edição portuguesa). Pela sua qualidade merecem, no entanto, destaque as obras de ilustradores/autores como Leonor Praça (nos anos sessenta) e, mais recentemente, Cristina Malaquias, Madalena Matoso e em especial Manuela Bacelar, cujos álbuns *O Meu Avô* e *O Dinossauro* (1990), publicados já em França e nomeados para prémios, se distinguem pelo humor, pela qualidade da ilustração e das histórias e pela pertinência dos temas tratados: as relações gratificantes da criança com os mais velhos, a actividade lúdica e a riqueza e diversidade do mundo em que vivemos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Manuel (1995), "Influência dos contos de fadas na obra de Virgínia de Castro e Almeida", *Vértice*, II série, 66, Lisboa, Caminho, Maio-Junho, pp. 61-67.

BLOCKEEL, Francesca (1996), "Colonial and post colonial Portuguese children's literature", *Bookbird*, vol. 34, 4, Inverno, pp. 12-17. (Utilizo aqui a versão inicial deste texto, a que tive acesso por ser *associate editor* da revista *Bookbird*, versão essa que é mais longa do que a publicada.)

COELHO, Jacinto do Prado (1977), *A Originalidade da Literatura Portuguesa*, Lisboa, ICLP-ME (edição consultada: 3ª, 1992)

JUNQUEIRO, Guerra (reed. 1987), "Duas palavras", in *Contos para a Infância*, Porto, Justiça e Paz, pp. 7-8 (1ª ed: 1877).

LEMOS, Esther de (1972), *A Literatura Infantil em Portugal*, Lisboa, MEN-DGEP, 1972.

RIBEIRO, António Manuel (1994), "Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo - Coleção 'Pátria' de Virgínia de Castro e Almeida", *Revista de História das Ideias*, 16, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, pp. 161-192.

TORGAL, Luís Filipe (1994), "1808-1890", in Rodrigues, António Simões (coord.), *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 195-231.